



(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) –
Bom dia a todos.

Havendo número regimental, dou por aberta a 38ª Reunião de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da sessão anterior. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, dou como aprovada.

Antes de iniciarmos nosso trabalho, comunico à Comissão o recebimento de Portaria do Ministério da Justiça que estabelece instruções para a execução dos procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas de que trata o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Conforme acertado com o Ministro de Estado Justiça, José Eduardo Cardozo, aquele Ministério aguarda sugestões das Srªs e dos Srs. Senadores membros desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre a referida Portaria.

Sobre a mesa há requerimento de autoria do Senador Sérgio Souza, que faz um adendo a esta audiência pública:

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E
REFORMA AGRÁRIA N° 55, de 2013

Em aditamento ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 50, de 2013, requeiro seja convidado o Senhor FRANCISCO CARLOS SIMIONI, Diretor da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, para participar, como debatedor, da audiência pública destinada a discutir a política para recuperação da lavoura do café, face às geadas ocorridas na região Sul do país, que dizimaram cafezais no Paraná e outros estados produtores.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento de autoria de S. Exª o Sr. Senador Acir Gurgacz:

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E
REFORMA AGRÁRIA N° 56, de 2013

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 54, de 2013- CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, aprovado em 28 de novembro do corrente ano, seja realizada audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de apresentar os resultados da Diligência realizada no trecho do



MEIÃO da BR 319 que liga Porto Velho - Manaus, mostrando as condições da rodovia e o atual desenvolvimento dos trabalhos para o licenciamento ambiental, visando à manutenção da rodovia e futura reconstrução dos 405 quilômetros do trecho do MEIÃO da BR 319, única via terrestre de transporte de produtos agrícolas de Rondônia e os demais estados da federação para o Amazonas e Roraima, com a presença dos seguintes convidados: Ministério do Meio Ambiente; Ibama; DNIT; Ipaam – Amazonas; ICMBIO; SESCOOP – RO; SESCOOP – AM e Roraima.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Com a palavra, S. Ex^a o Senador Acir, para defender o seu requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Bom dia, Sr. Presidente.

Antes de entrar no assunto, quero, mais uma vez, agradecer a V. Ex^a pelo apoio a essa ação que tivemos, a essa diligência que tivemos lá na BR-319. Não fosse o apoio de V. Ex^a, como Presidente desta Comissão como Presidente desta Comissão, nós não teríamos chegado até lá; não teríamos feito essa diligência que, para nós, é da maior importância.

E faremos amanhã, Presidente, um resumo e também uma prestação de contas do que fizemos, do que vimos e de quais serão os encaminhamentos a partir desta diligência. Por isso convidamos, e já estão confirmados, o Gal. Fraxe, do DNIT; o Sr. Volney Zanardi Jr., do Ibama; o Sr. Antônio Ademir Stroski, do Ipaam e também o Sr. Roberto Ricardo Vizentin, do ICMBio. São as pessoas com as quais vamos debater, trocar ideias e fazer os encaminhamentos necessários para que, a partir de amanhã, possamos tomar uma decisão sobre o que fazer com relação à BR-319. Nós teremos todos os atores aqui envolvidos: ICMBio, Ibama, DNIT e a população que precisa dessa BR da maior importância. Esse é esse o encaminhamento.

A audiência de hoje, Sr. Presidente, na nossa Comissão de Agricultura, destina-se a discutir a política para a recuperação da lavoura do café em face das geadas ocorridas na Região Sul do País, que dizimaram cafezais das Regiões Sul e Sudeste. Além das geadas que prejudicaram a safra do ano que vem e, em muitos casos, destruíram lavouras de diversos produtores rurais, a produção crescente de café nos últimos anos em todo o mundo, além de limitar a capacidade de exportação do Brasil, fez com que o preço do café caísse 35% nos últimos 12 meses. A saca de 60kg do café arábica está sendo vendida a R\$235,00 e a saca do café robusta ou conilon, que é o nosso produzido em Rondônia, está sendo vendida a R\$165,00 esta semana em Cacoal. É o menor preço dos últimos cinco anos, Sr. Presidente.

Esse cenário motivou cooperativas e produtores do Brasil a propor ao Governo Federal a implementação do Programa de Equalização de Preços, o Pepro, leilão público que tem como referência o preço mínimo fixado em R\$360,00 a saca; compra de insumos e equipamentos com base na saca do café; a



prorrogação das dívidas; a construção de armazéns, entre outras medidas importantes para os produtores de café. No caso do preço de venda do produto, a estocagem do café para aguardar a reação do mercado é a opção que muitos agricultores estão adotando, mas, em Rondônia, a capacidade de armazenagem é baixa, e os produtores são praticamente obrigados a vender o café mesmo na baixa; não há como fazer essa estocagem.

Os produtores de café do nosso Estado de Rondônia, em sua maioria da agricultura familiar, que nos últimos dois anos receberam estímulos e incentivos do Governo e das agências de pesquisa e de fomento, como a Embrapa e a Emater, inclusive com a certificação de uma variedade genuinamente rondoniense, o BRS Ouro Preto, estão apreensivos com relação à queda do preço dos produtos. Este ano a produção de café em Rondônia aumentou 7% em relação ao ano passado, chegando a R\$1,3 milhão de sacas de 60kg, o que colocou o Estado de Rondônia em segundo lugar em nível nacional na produção do café conilon, atrás apenas do Estado do Espírito Santo. São 22 mil produtores rurais cultivando 108 mil hectares de café do tipo conilon, com o recolhimento de R\$30 milhões de ICMS e a geração de emprego e renda aqui no Estado.

Em Rondônia, diferentemente de outros Estados, estamos atravessando um momento positivo em relação ao aumento da produção e da produtividade, e o nosso medo é de que essa queda no preço do café no cenário nacional e internacional acabe prejudicando a retomada e a modernização das lavouras de café em Rondônia, que já chegou a produzir dois milhões de saca/ano.

Portanto, atendendo ao apelo dos produtores de Rondônia e dos produtores brasileiros, e ao requerimento do Senador Sérgio Souza, estamos reunidos aqui na Comissão para debater a crise do setor tanto na questão das lavouras atingidas pelas geadas quanto na questão do preço do produto; tirarmos as propostas e empenharmos o nosso apoio para que o Governo Federal dê o apoio necessário para que o setor atravesse esse período turbulento sem grandes perdas, mantendo a capacidade produtiva e de competição no mercado internacional.

Para nós, em Rondônia, Senador Sérgio Souza, e também para o Paraná, a cultura do café é muito importante para os nossos agricultores, e esperamos dar um apoio a eles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em votação.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza para encaminhar a votação.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, sabemos que o café passa por dois momentos muito difíceis. No Sul do País, especialmente no Estado do Paraná, houve intempéries climáticas, e a geada assolou os cafezais, tanto que em algumas regiões do Paraná nevou este ano, coisa que não acontecia há quase quarenta anos. Desde a maior geada, que



é a geada preta, de 1975, não fazia tanto frio no Paraná e as geadas não dizimavam tantas lavouras. Não foi tanto quanto em 1975, mas acreditamos que perto de 90% dos cafezais do Paraná foram dizimados pelas geadas deste ano, e isso traz uma preocupação muito grande da nossa parte, que representamos aquele Estado.

O outro ponto é, de fato, a necessidade de discutirmos uma política mais séria, uma política que garanta preços, que garanta mercado, porque hoje vivemos em uma instabilidade. Então, parabenizo o Senador Acir pelas suas colocações até porque somos Estados irmãos, já que muitos paranaenses, descendentes ou ascendentes de paranaenses, ajudaram a colonizar aquele Estado e a cultivar café. Inclusive parentes meus, tios, irmãos dos meus pais foram cultivar café em Rondônia, na cidade de Rolim de Moura, em Alta Floresta, em Santa Luzia – hoje, é uma região um pouco diversificada, mas foi praticamente o café que levou a colonização para aquela região.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – As Sr's e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Aprovado.

Srs. Senadores, Sr's Senadoras, aqui se encontra uma solicitação do eminente Senador Sérgio Souza para que seja incluído como item extrapauta o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2010, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que dispõe sobre a política nacional para biocombustível.

Eu submeto à apreciação do Plenário a solicitação de inclusão extrapauta.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Aprovado.

EXTRAPAUTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2010

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a Política Nacional para os Biocombustíveis.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 219, de 2010, com o acolhimento das Emendas nº 1 e 2, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul; da Emenda nº 3, da Senadora Kátia Abreu; e da Emenda nº 4, do Senador Valdir Raupp, na forma da Emenda (substitutiva) que apresenta.

Concedo a palavra ao eminente Senador Sérgio Souza para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, é um projeto dos mais importantes que tenho o



privilegio de relatar aqui no Senado Federal. É um projeto que já tramita há pelo menos três anos, um pouco mais de três anos, e nasceu após a formação de uma Comissão Especial para elaborar uma política para os biocombustíveis. O relatório é um tanto extenso, e apresento ao final um Substitutivo. Então, peço a V. Ex^a a liberdade de ler parte do relatório e parte do voto, deixando a parte da análise, porque os Srs Senadores e as Sr^{as}. Senadoras depois terão toda a condição de ver os detalhes com o avulso que será distribuído.

Vem a exame desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a CRA, o Projeto de Lei do Senado nº 219, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a CI, que dispõe sobre a política nacional de biocombustíveis. O projeto é composto de quatro capítulos, com 22 artigos. O Capítulo I trata da política nacional dos biocombustíveis e está dividido em duas seções. A primeira estabelece os princípios e objetivos da política nacional para os biocombustíveis, ao passo que a segunda cria o Conselho Interministerial de Biocombustíveis e determina as suas competências.

O Capítulo II, “Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Biocombustíveis”, propõe diretrizes para autorização, manutenção, exploração e operação de dutos de biocombustíveis.

O Capítulo III, “Do Abastecimento dos Biocombustíveis”, estabelece, entre outros ditames, a obrigatoriedade de abastecimento de etanol combustível e de biodiesel em todas as localidades do País.

Por fim, o Capítulo IV, “Disposições Finais”, propõe uma série de medidas complementares para regular a nova política para os biocombustíveis, com destaque para garantia de que as alíquotas da Cide-Combustíveis – por mais que elas hoje não incidam, mas continuam existindo – incidam de maneira a promover a competitividade dos biocombustíveis frente aos combustíveis de origem fóssil e para o uso, de fato, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) com fins do cumprimento da seletividade pela essencialidade.

A cláusula de vigência estabelece que a futura lei entrará em vigor no dia de sua publicação.

O PLS nº 219, de 2010, foi distribuído à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça desta Casa.

Por força da aprovação do Requerimento nº 1.213, de 2011, de minha autoria, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto encontra-se em exame nesta Comissão.

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul acatou o relatório do nobre Deputado Roberto Freire pela aprovação do projeto com duas emendas. Inclusive, tivemos o Senador Inácio Arruda como Presidente dessa Comissão.

Na CRA, esta Comissão, foi apresentada a Emenda nº 3, da Senadora Kátia Abreu, para incluir entre os objetivos da Política Nacional para os Biocombustíveis o incentivo ao etanol celulósico, e a Emenda nº 4, do Senador



Valdir Raupp, para facultar às distribuidoras de combustíveis a comercialização de diesel com acréscimo de até 50% do percentual mínimo de biodiesel na mistura.

Sr. Presidente, aqui nós temos a análise, que está em algumas páginas onde nós detalhamos a importância deste projeto, inclusive as emendas propostas pela Senadora Kátia Abreu e pelo Sr. Senador Valdir Raupp.

O voto é pela aprovação do PLS nº 219, de 2010, pelo acatamento das duas emendas, a nº 1 e a nº 2, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul; da Emenda nº 3-CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu; e nº 4, também desta Comissão, de autoria do Senador Valdir Raupp, na forma do substitutivo que se encontra em anexo.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Quero apenas cumprimentar o Senador Sérgio Souza pelo brilhante relatório e dizer da importância dessa matéria para reorganizar a produção e a distribuição de biocombustível em nosso País. É uma matéria relevante, importante, muito bem relatada e que merecia realmente estar aqui extrapauta para que os projetos importantes não fiquem aí parados pelas gavetas.

Senador Sérgio Souza, V. Ex^a sempre tem trazido, o mais rápido possível, para apreciação e votação todas as matérias. E uma matéria como essa realmente precisa caminhar. Nós precisamos fazer com que as coisas aconteçam no Senado, principalmente na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Meus cumprimentos, Senador Sérgio Souza.

Obrigado, Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, esse é um dos projetos mais importantes que nós temos para o combustível renovável. Inclusive, S. Ex^a o Senador Benedito de Lira foi o autor de uma audiência pública que promovemos aqui nesta Comissão no ano passado, quando V. Ex^a, Senador Acir, presidia esta Comissão.

Foram duas as audiências públicas: uma com o pessoal do etanol e a outra com o pessoal do biodiesel, dos biocombustíveis, e pudemos amplamente debater, ouvindo, inclusive, o Governo. E, nesses últimos meses, venho conversando com o Governo, que inclusive vem se comprometendo a colocar uma política de maior difusão do biocombustível, principalmente o biodiesel. Agora, inclusive neste ano, há um compromisso do Governo de lançar um programa, um aumento da mistura do biodiesel, mas entendemos que não podemos esperar pela eternidade a posição do Governo. Sabemos que o Governo avançou muito do ponto de vista do etanol, mas precisávamos avançar em alguns pontos, ou seja, dar um marco regulatório para os biocombustíveis.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Continua em discussão.



Eu concedo a vista coletiva, e deverá ser pautado para a próxima reunião, para deliberação desta comissão.

Dando sequência, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, a presente reunião destina-se à audiência pública...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Há também, sobre a mesa, o Projeto de Lei do Senado 374, que é de autoria da Senadora Ana Amélia. Da mesma forma como procedemos no item anterior, eu pudesse fazer a leitura e darmos vista coletiva, para que os Senadores tomem conhecimento e possam votar na próxima semana, colocar em pauta.

Eu consulto V. Ex^a, ouvido o Plenário, se poderíamos fazer um relatório rápido e sucinto e darmos vista coletiva para análise definitiva na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Submeto o requerimento do Senador Sérgio Souza à apreciação do Plenário.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2011

- Não terminativo -

Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, as obrigações dos responsáveis por locais e recintos alfandegados, a autorização para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira, alterando as Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.019, de 30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e os Decretos-Leis nos 37, de 18 de novembro de 1966, 1.455, de 7 de abril de 1976, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revoga dispositivos do Decreto-Lei no 2.472, de 1º de setembro de 1988, e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 374, de 2011, na forma da Emenda (substitutiva) que apresenta.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, por designação de V. Ex^a, foi distribuído a mim, para relatar, o Projeto



de Lei 374, de 2011, de autoria da nobre Senadora Ana Amélia, ementado em epígrafe.

O projeto compõe-se de trinta e sete artigos, que dispõem sobre basicamente sete matérias, a saber (eu também, da mesma forma, só vou fazer a análise, e partiremos direto ao voto, porque a matéria é bastante complexa, e o relatório é extensivo): a) altera o regime jurídico de exploração dos recintos aduaneiros de zona secundária (portos secos), denominando-os “Centro Logístico e Industrial Aduaneiro (CLIA)”, os quais passam a depender de autorização, e não mais de concessão/permissão mediante licitação, o que está previsto nos arts. 6º a 12, 16 a 18, 35 e 37, inciso II neste último); b) complementa a exigência de requisitos técnicos e operacionais para o alfandegamento de recintos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação (art. 2º);

c) estabelece as obrigações, define a garantia prestada pela pessoa jurídica responsável por locais e recintos alfandegados e fixa sanções (art. 3º a 5º, 15 e 19);

d) relativamente às fronteiras terrestres:

1. permite a realização do despacho aduaneiro em recinto de fiscalização aduaneira em local interior, distante de ponto de fronteira alfandegado (arts. 29 e 30);

2. define parâmetros e valores máximos para os preços cobrados pela pessoa jurídica arrendatária de imóveis pertencentes à União que preste, em situação monopolista, serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias e serviços conexos (art. 13);

3. estabelece as hipóteses em que a própria Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá prestar serviços de movimentação de mercadorias e serviços conexos (art. 14);

e) fornece arcabouço legal para a realização de despacho aduaneiro de exportação em recinto não alfandegado (art. 20);

f) autoriza a Secretaria da Receita Federal do Brasil e outros órgãos públicos federais a dispor sobre o comércio de subsistência em localidades fronteiriças onde não existam unidades aduaneiras (art. 21);

g) promove várias alterações na legislação aduaneira (arts. 22 a 34), entre elas:

1. dispensa de tradução para o português de documentos expressos nos idiomas de trabalho do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) (art. 22);

2. devolução de mercadorias ao exterior por terem sua importação vedada por normas ambientais, sanitárias, de segurança ou de saúde pública (art. 23);

3. desembaraço, como bagagem desacompanhada, de bens havidos por legado ou herança de sucessão no exterior (art. 25);



4. alteração das regras de ressarcimento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) (art. 28, na parte que altera o art. 22 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976).

O PLS nº 374, de 2011, foi distribuído às seguintes Comissões: de Serviços de Infraestrutura (CI); de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ); e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

Na Comissão de Serviços de Infraestrutura foram apresentadas duas emendas, uma modificativa e a outra supressiva, ambas de autoria do Senador Gim. Elas alteram a redação de vários dispositivos e suprimem o parágrafo único do art. 15 e o art. 35 do PLS nº 374, de 2011, com o propósito de adequá-lo às normas constitucionais e ao sistema vigentes, sobretudo no que tange à caracterização da atividade de portos secos (CLIAS) como serviço público, submetidos a prévio procedimento licitatório.

Na reunião da CI realizada em 29 de agosto de 2012, foi aprovado relatório do Senador Ricardo Ferraço, que passou a constituir parecer da Comissão, no sentido de aprovação do PLS nº 374, de 2011, com o acatamento das duas emendas, na forma de emenda substitutiva. Esse substitutivo afasta a principal inovação do PLS – a introdução de regime jurídico da autorização para a exploração de portos secos – e aperfeiçoa o modelo de concessão/permisão mediante licitação.

Em 4 de abril de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MPV) nº 612, de mesma data, que instituía o regime de licença na exploração dos portos secos, pondo fim ao regime de serviço público para o desempenho dessa atividade. A MPV não foi apreciada no prazo constitucional, havendo, por isso, perdido a eficácia à zero hora de 2 de agosto de 2013, nos termos do art. 62, §3º, da Carta Magna.

E aqui, Sr. Presidente, nós buscamos recompor o texto que foi apreciado na Medida Provisória, buscando dar uma solução para esse imbróglio que são os portos secos, que pouco são explorados, expandidos no Brasil por falta de uma legislação que possa resolver o problema e não complicá-lo.

Então, o voto, Sr. Presidente, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2011, de autoria da eminentíssima Senadora Ana Amélia, na forma do substitutivo que apresento.

É o voto e o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em discussão o parecer.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu acho que o Senador Sérgio Souza tem razão. É um projeto complexo, daí o meu pedido de vista. Foi utilizada uma denominação: Clia e, até onde eu sei, essa denominação ainda não existe, porque a medida provisória que a criaria não foi aprovada. Então, eu acho que realmente é um projeto que nós temos que avaliar bem e, por isso, o meu pedido de vista. Peço à assessoria, e



eu, pessoalmente, gostaria muito de analisá-lo, até porque é um tema muito importante, principalmente para Estados que têm fronteira, como é o caso do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso do Sul e de outros aqui do País.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Continua em discussão.

Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, concordo com o Senador Moka. Entendo que nós precisamos debater mais este assunto e também peço vista, para que seja concedida vista coletiva, a fim de debatermos melhor este assunto e a nossa assessoria também discutir. Nas próximas semanas, nós poderemos trazer para o debate e poderemos aprovar ou não esta matéria.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – O pedido de vista é regimental e eu concedo vista coletiva.

Vamos entrar agora no objetivo da nossa audiência pública.

A presente reunião destina-se a audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 50, de 2013, de autoria do Senador Sérgio Souza, aprovado em 24/10/2013, com a finalidade de analisar e discutir a política para recuperação da lavoura do café, tendo em vista as fortes geadas ocorridas na Região Sul do País, que dizimaram cafezais no Paraná e em outros Estados produtores, com a presença dos seguintes convidados: Deputado Silas Brasileiro, presidente do Conselho Nacional do Café...

Eu queria cumprimentar o meu colega e dizer que nós sentimos saudades da sua presença, porquanto V. Exª foi um grande companheiro quando nós militávamos na Câmara dos Deputados. É uma alegria revê-lo.

Voltando aos convidados: Sr. Janio Zeferino da Silva, diretor do Departamento do Café da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Sr. Francisco Carlos Simioni, diretor do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

Convido o Deputado Silas, o Sr. Janio e o Sr. Francisco Carlos para ocuparem seus lugares à Mesa. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza, autor do requerimento, para justificar a convocação desta reunião de audiência pública.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Acho que a crise vivida na cafeicultura nacional já se justifica por si só e aqui também pelas referências feitas no início desta reunião pelo Senador Acir Gurgacz. Na sequência, pudemos expressar a nossa preocupação com a crise na cafeicultura, que não é mais a principal atividade agrícola do meu Estado, o Estado do Paraná, mas é sim ainda uma importante atividade agrícola na geração de emprego e renda e na agricultura familiar, em especial.



Face à dizimação dos cafezais do Paraná, conversamos já com o Ministro Antônio Andrade por duas vezes e com pessoas do Ministério dizendo que precisamos implementar uma política para recuperação dos cafezais, porque o café não é como uma lavoura branca, uma lavoura que você planta e, em poucos meses, quatro, cinco ou seis meses ao máximo – às vezes, algumas lavouras de algodão chegam a isso –, colhe. O café você precisa de dois ou três anos de cultivo para começar a colher, ou seja, o retorno para o proprietário é de médio e longo prazo, e ainda existem as intempéries climáticas, que podem frustrar safras a qualquer momento. Dependemos muito do clima para o café.

Sr. Presidente, agradeço a todos os meus colegas, ao Senador Moka, ao Senador Ruben Figueiró, ao Senador Acir Gurgacz, agradeço a V. Ex^a por ter aprovado e por fazer esta reunião ainda esse ano. Sabemos que temos na pauta desta Comissão vários pedidos já aprovados de audiências públicas, mas V. Ex^a entendeu que a crise vivida pelo café pedia uma audiência pública de certa forma urgente e atendeu o nosso apelo, o apelo dos cafeicultores do Paraná e do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Gostaria de comunicar aos Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que estabelecemos um tempo de 15 minutos para cada um dos nossos convidados para fazer as exposições e, depois, abriremos o debate aos Srs. Senadores.

Iniciando a nossa audiência pública, terei o prazer de conceder a palavra ao Deputado Silas Brasileiro, Presidente Executivo do Conselho Nacional do Café, para fazer a sua exposição. Com a palavra S. Ex^a.

O SR. SILAS BRASILEIRO (PMDB - MG) – Cumprimento o nosso Presidente, Senador Benedito de Lira. Tivemos a satisfação enorme de trabalhar com ele quando estávamos na Câmara dos Deputados. Foi realmente um momento grandioso. Sem dúvida, sua promoção para o Senado foi uma justiça, porque foi sempre um batalhador defendendo nossos produtores do Nordeste.

Queríamos cumprimentar o nosso amigo, Senador Sérgio Souza, autor do requerimento. É uma alegria estar aqui. Também o Senador Acir, Senador Moka, que inclusive tive o privilégio – ele, como Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, e eu, Vice-Presidente – de aprender muito com ele, aliás, tenho aprendido muito nesse dia a dia que tenho vivido aqui no Parlamento; e a cada um dos nossos convidados.

Queria convidar o Dr. Janio, do nosso DCAF, o Dr. Simioni, que veio do Paraná, e dizer que vamos fazer uma breve apresentação sobre o Estado do Paraná dentro de um quadro que nos foi apresentado principalmente pelo Dr. Ágide Meneguette. Depois, faremos alguns comentários adicionais. (Pausa.)

Como disse o Senador Sérgio Souza, já tivemos no Paraná um momento áureo. Em 1975, 41% da área em produção de café no Brasil era do Paraná, 921 mil hectares de café. Hoje, infelizmente, todos poderão verificar, contamos com 65 mil hectares. Isso representa 3% da nossa área de café. Foi



caindo ao longo do tempo por diversas razões, não só pela condição climática, que afetou sobremaneira, mas também pela oportunidade de outras culturas, principalmente grãos, que, em sendo terras férteis, têm uma condição extraordinária de produção, soja, milho, trigo. Consequentemente, inclusive por seus ciclos de preços altos e baixos, foi sendo desestimulado o plantio do café. Em 2012, foram produzidas 1,58 milhão de sacas de café; em 2013, 1,640 milhão, o que representou 4% da produção nacional. Temos informação de que, em 2012, foram 16.873 hectares e, em 2013, 16.670 hectares. Na verdade, não há um crescimento. Não há ainda um levantamento final das perdas em 2014.

É bom destacar, Senador Sérgio, que as informações são muito contraditórias. Alguns líderes nos informam que, para produzir café no Paraná, há um prejuízo de R\$150,00 por saca. Álide Meneguette informa que o prejuízo está em torno de R\$100,00 a R\$120,00 por saca de café produzido. Sem dúvida alguma, isso também é mais uma razão de desestímulo.

Vejam bem, o custo de produção do café, no Paraná – esse é um dado oficial do Deral, e é bom ter um representante aqui porque foi um dado que pegamos lá –, está, com o cultivo tradicional, em torno de R\$500,00 para a produção e para a comercialização em torno de R\$270,00. Essa seria a média no cultivo tradicional. No adensado, é importante destacar que o custo é muito menor. São normalmente conduzidas essas lavouras por agricultores familiares. São pequenos agricultores que conduzem essas lavouras. Mesmo assim, o custo é R\$385,00, R\$386,00, R\$382,00, em torno de R\$380,00 e a comercialização estava, em agosto, R\$261,00. Hoje, inclusive, o preço está inferior. Então, sabemos que também é uma lavoura totalmente deficitária.

A formação de lavoura é um dado importante. Veio um pedido inclusive para o Ministério de R\$ 8 mil para formação de lavouras novas ou recuperação de lavouras, R\$ 8 mil por hectare. Vejam bem que foi um pedido que não tem nenhuma fundamentação técnica, porque, se usarmos o espaçamento tradicional, que é o 4 por 1, vamos ter, com preparo de solo, R\$5.245,00 de custo ou, sem o preparo do solo, R\$4.770,00. Temos um gráfico à frente para demonstrar isso. Se mudar o espaçamento para 3,80 por 70, que é o que se usa em Rondônia, em Minas Gerais, na Bahia – é o tradicional e o mais rentável, porque aproveita melhor a terra –, teremos o custo de formação em R\$5.886,00, com preparo do solo, ou R\$5.411,00. Se pegarmos o último, que é o adensado, 10 mil plantas por hectare, temos uma formação que é o dobro do custo da tradicional e com uma desvantagem: no segundo ano, temos que arrancar uma planta e uma rua, porque senão não produz mais. As plantas adensam e não têm mais condição de produzir porque falta fotossíntese. Não há penetração de sol e, consequentemente, não há como produzir onde as plantas se encontram. É uma avaliação que a gente tem que fazer: é vantajoso ou não ter uma lavoura por dois anos e promover o arranque de metade dela voltando para o tradicional, que é o 4 por 1.

No caso do esqueletamento, e naturalmente muitas lavouras serão esqueletadas, fizemos um levantamento, é quase o custo de uma lavoura nova.



Esse levantamento é feito pelo Educampo/Sebrae. Chegamos a R\$3.575,00 para fazer o esqueletamento e conduzir a lavoura no seu primeiro ano. Naturalmente, ela vai produzir no segundo ano, porque, no primeiro ano do esqueletamento, não vai produzir absolutamente nada.

A cafeicultura enfrenta, então, uma crise internacional de preços baixos derivada do excesso de produção. Isso é o que estamos constatando. Inclusive, no Brasil, nunca tivemos esse ciclo de produção no mesmo nível, no mesmo patamar. Tivemos safras altas e safras baixas. Então, a safra alta contribuía, sem dúvida alguma, para que o preço viesse a ficar mais baixo, mas na safra baixa se o preço subia, havia uma compensação. Agora, estamos vivendo em função de tratos culturais e em função das pesquisas que temos feito. Então, estamos vivendo um ciclo somente de produção alta. Em 2012, produzimos 50 milhões; em 2013 produzimos 48 milhões e, em 2014, vamos produzir 48, 50 milhões novamente.

Aquele equilíbrio que se fazia em função de alta e baixa produtividade desapareceu no Brasil porque a pesquisa realmente evoluiu muito. Estamos desenvolvendo outras políticas e não mais aquela contando com o tempo de produção alta ou produção baixa. Mas o que nos preocupa é o quadro de baixo.

Veja bem, o Vietnã esta produzindo uma média de 39 sacas por hectare. O Vietnã não tem nenhuma legislação social, trabalham crianças de sete anos, de dez anos, trabalham senhoras, não há nenhum registro, não há nenhuma garantia e não há respeito ao meio ambiente, poluem tudo. Então, é um concorrente muito forte que temos porque, no Brasil, a sustentabilidade é a maior do mundo, é um princípio que é respeitado. Nós temos sustentabilidade ambiental e a social que é muito rigorosa no Brasil, e a social traz um custo muito elevado na produção de café no Brasil porque a fiscalização do Ministério é muito forte, a exigência é demasiada.

Temos que pensar em mudar essa legislação, mas é muito difícil realmente alterar a legislação social. No entanto, as exigências são enormes. Eu até vou contar um caso particular muito rapidamente:

Nós, há dois anos, tínhamos, Presidente Benedito de Lira, uma cantina na fazenda onde alimentávamos cerca de 600 pessoas com um custo muito elevado, tudo azulejado. Tínhamos dois grupos de trabalho: um, com uniforme branco, servia as refeições, trabalhava na cozinha e, o outro, com uniforme verde, fazia o trabalho de limpeza.

Um belo dia, num sábado – estou na fazenda todos os sábados – me chega lá a fiscalização do Ministério do Trabalho. Eu os recebi, fizeram a refeição conosco, almoçaram, ficaram felizes, visitaram tudo, gostaram da refeição. Na hora de sair, agradeceram, e uma fiscal que estava junto disse: "Eu queria falar com a nutricionista". "Como nutricionista? São três meses do ano fornecendo essa alimentação com que vocês acabaram de se alimentar agora, e viram a qualidade".



Aplicaram-me uma multa. Recorri, perdi e tive que pagar a multa. Fechei a cantina. Então, é boia-fria? Leva, então, a sua marmita e se alimenta da forma que o Governo efetivamente quer. Quer dizer, são absurdos, são excessos que são praticados e não há quem nos ouça. Esse é que é o problema.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILAS BRASILEIRO (PMDB - MG) – Ainda bem, ainda bem. Então, imagino a preocupação, mas aí vêm esses concorrentes.

Eu não me preocupo com o Vietnã estar crescendo, vai crescer mais, não me preocupo com Honduras, mas me preocupo com o Peru, porque a Colômbia está descendo para o Peru e, consequentemente, ocupando as áreas férteis do Peru, e isso vai aumentar a sua produção de café. A Índia está em ascensão; a Etiópia, sem dúvida nenhuma, é outra ameaça grande que temos hoje; a Colômbia, com 11, deve passar para seus 13. Uganda também não é preocupação, mas a Indonésia é motivo de muita preocupação. A produção dela é muito baixa, qualquer estalo que der, se o Governo der um suporte, por menor que seja, eles vão dar um salto na sua produtividade e, consequentemente, será uma ameaça muito grande para o Brasil.

Políticas de incentivo ao aumento da oferta de café devem ser analisadas sob a ótica da rentabilidade local da cafeicultura, frente às características climáticas, produtivas, de oferta dos insumos e dos fatores de produção.

Na concessão do crédito para recuperação de lavouras cafeeiras, os custos reais de implantação devem servir de base para definição do montante de recursos públicos a serem liberados. Dependendo da conjuntura de mercado e, visando a garantir renda e qualidade de vida do produtor rural, as alternativas para diversificação devem ser avaliadas. É isso que o conselho tem pregado: buscarmos diversificar ao invés de concentrar na produção de café, aumentar a nossa produção e, consequentemente, ter, realmente, o preço, cada vez mais, aviltado.

Nós fizemos as planilhas que, logicamente, poderão ser distribuídas.

Esse é um plantio tradicional de 4 por 1. São as operações que nós realizamos. Nesse, chega a este montante de R\$2.230. De outro lado, os insumos que nós gastamos para formação da lavoura. Então, o total orçado é de R\$5.245.

Nós temos o 3,80 por 0,70, da mesma forma: operação R\$2.430, insumos R\$3.456, R\$5.886.

Aí vem o 4 por 0,5, com cinco mil plantas: a operação R\$2.455, insumos R\$4.206, R\$6.600.

E o 2 por 0,5, que é o superadensamento, em que a operação para o plantio fica em R\$3.880, os insumos, R\$8.071, com o total orçado de R\$11.951.

O CNC tem defendido, Srs. Senadores, exatamente que não devemos aumentar a área de produção. Quanto àquelas áreas que têm risco, no caso do Paraná, com intempéries que, a cada dia, estamos sentindo que estão acontecendo mais, propomos, inclusive através de recursos do próprio Funcafé, alternativas para outras culturas, porque aí garante renda para o produtor.



O Governo tem dado uma atenção. Nós não podemos dizer que o Governo, Presidente, tem descuidado. Houve, agora, recentemente, uma correção do preço mínimo de 262 para 307. Ela foi, sem dúvida, substantiva, embora a Conab tenha apurado que o custo de produção de café seja 347 e não 307. Houve agora uma renegociação de dívidas, que, realmente, veio num bom momento, em que nós estamos renegociando custeio, estocagem e também investimento. Isso está injetando na produção do café cerca de 4,5 bilhões, o que representa em torno de 70% a 75% do endividamento da cafeicultura. Então, veio num bom momento. É um capital de giro que nós estamos tendo que vai vir, sem dúvida, num momento extraordinário, dando mais cinco anos de prazo para o produtor continuar a sua atividade.

Porém, muito embora seja autorizativo o recurso obrigatório do banco, o banco não quer fazer, porque para ele não é um bom negócio. E o Governo não pode determinar que ele faça, porque o recurso é do banco. Ele manda no recurso dele no Funcafé, mas do banco, não. E o recurso obrigatório é muito maior que o recurso próprio do Funcafé. Então, nós estamos vivendo esta dificuldade: se, por um lado, há uma resolução que determina que se faça a renegociação e que o produtor continue a ter acesso a recursos novos para manter a sua atividade e, inclusive, para saldar o compromisso assumido, por outro lado, os bancos não querem fazê-lo. Isso traz uma dificuldade muito grande, inclusive, para operações que estão enquadradas dentro da resolução, o banco fala: "não, não está enquadrada, isso não vai ser contemplado, de forma nenhuma" – no caso, a CPR. Vemos muita dificuldade, muita resistência. Por quê? Porque, hoje, é ruim investir no café, pois o café está deficitário. Se temos um custo médio de Brasil em torno de R\$360 para produzir e temos uma venda média em torno de R\$260, quem é que quer investir num produtor que não tem renda para, amanhã, saldar o seu compromisso? Essa é a grande dificuldade.

Nós não somos absolutamente contrários à pretensão do Paraná, mas nós estamos justificando que, economicamente, não é um bom negócio. Economicamente, deveríamos partir para culturas alternativas, sim, inclusive com recursos do Funcafé, inclusive, quem sabe, aplicando um desconto na dívida que seja proporcional àquilo que o cidadão tomou.

Temos de achar uma fórmula que pudesse, realmente, manter o cidadão na sua área rural, porque, senão, o inchaço da cidade também é muito grande. Há 270 mil produtores de café no Brasil. O café é muito mais importante na área social que na área econômica. Temos de lembrar muito isso. Mas plantar mais café ou recuperar lavouras de café, realmente, não é o melhor indicativo hoje no conceito do Conselho Nacional do Café.

Nós agradecemos. Estamos à disposição, naturalmente, para as perguntas posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Deputado Silas Brasileiro, pela sua exposição.



Eu concedo a palavra ao Dr. Janio Zeferino da Silva, Diretor do Departamento de Café da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura.

Com a palavra.

O SR. JANIO ZEFERINO DA SILVA – Bom dia, Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão; Senador Sérgio Souza, do Paraná, Waldemir Moka, Senador Acir.

Sinto-me honrado com esse convite de ter aqui, na presença, o Senador do meu Estado natal – sou paranaense –. Morei em Rondônia, lá em Jaru, uma época muito boa da minha vida; e também lá em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

A posição do Departamento do Café na questão do Paraná baseou-se em alguns estudos que nos foram apresentados e em visita que realizamos, em 2 de setembro, a Faep, juntamente com a Comissão da Federação dos Produtores, Federação dos Trabalhadores Rurais, com a Ocepar, com a Secretaria do Estado da Agricultura e lideranças da Câmara Setorial do Café do Paraná. Na ocasião, nos foram apresentados dados relativos à situação da lavoura paranaense. São 82 mil hectares, dos quais, provavelmente, neste ano, em função dos acontecimentos da geada de julho, serão erradicados cerca de 16 mil hectares e terão cerca de 64 mil hectares a serem recuperados, dos quais cerca de 90% são de produtores familiares que são atendidos pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário com recursos do Pronaf.

Tivemos uma discussão bastante longa, em que foi apresentado um orçamento que foi estimado em até R\$8 mil por hectare para diversas etapas de recuperação. Algumas lavouras – como o Deputado Silas, Presidente do CNC, apresentou – com esqueletamento, outras com recepa e algumas outras lavouras deverão ser erradicadas e replantadas.

A proposta do Deral e de toda a comissão da cafeicultura paranaense, que recebemos no encaminhamento feito pela Secretaria do Estado da Agricultura, um encaminhamento formal e com o apoio de todas as entidades já mencionadas, indicava algumas medidas: uma delas era a aquisição de café pelo preço mínimo, Proagro por dois anos e a recuperação com esse orçamento estimado em R\$8 mil.

Ele é relativamente alto quando se fala em esqueletamento; quando se fala em lavouras adensadas, ele fica abaixo, é verdade; mas, como se trata de uma operação de crédito que vai passar por um projeto técnico, elaborado por um técnico credenciado das instituições financeiras, tanto com recursos do Pronaf quanto, eventualmente, com recursos do Funcafé, haverá, caso a caso, o enquadramento dessa proposta de recuperação, e aí se estabelecerá um orçamento em que – concordamos com o orçamento apresentado pelo CNC – haverá algumas situações com valores de R\$4 mil, R\$5 mil, dependendo do estágio da lavoura, da situação de cada propriedade e que serão levantados.

Lá no Departamento do Café, encaminhamos para o Ministro Antônio Andrade uma proposta de encaminhamento para o Ministério da Fazenda, de que



utilizássemos recursos do Funcafé e um valor de R\$80 milhões para recuperação de café do Paraná.

Sabemos que esses recursos são mais que suficientes. Na verdade, existe até uma sobra, mas, como pretendemos utilizar todo o recurso do Funcafé, dentro da estratégia de que os valores alocados pela lei orçamentária devem ser utilizados, a alocação em uma linha de maior prazo nos permite ações para o futuro e outras situações extemporâneas, como estamos tendo agora, de granizo em vários locais. Por exemplo, ontem no Rio Grande do Sul, houve muito granizo e, provavelmente, essas questões de granizo devem chegar até São Paulo e Minas Gerais, podendo também atingir algumas lavouras de café. Elas já estarão contempladas, dentro desse volume de recursos, em sua recuperação. Não estamos prevendo desastres nem querendo que aconteçam, mas é função de Governo agir proativamente.

A ação de governo reativa é sempre é dificultada, porque se vai tratar de um problema quando ele já aconteceu, e aí as soluções tardam. O nosso propósito, com essa linha que já existe no Funcafé, que é a recuperação de lavouras atingidas por fenômenos climáticos, te termos alguma margem orçamentária para, eventualmente, numa situação que ninguém deseja, se algo acontecer, estejamos já devidamente preparados.

As ações que tomamos lá no Departamento têm esse final, foi amparada por um estudo feito por técnicos credenciados do Estado. Ficou claro para nós que esse valor, para algumas situações, era mais elevado, mas, como estamos trabalhando com a situação de projeto técnico, levantamento econômico e viabilidade, entendemos que poderá ser atingido.

Com relação à viabilidade da cafeicultura paranaense, nesse momento, realmente ela não é mais viável, como também vivemos esse problema de inviabilidade econômica momentânea em Minas Gerais, em Rondônia, em São Paulo e em todos os Estados que produzem café.

Do mesmo modo, como já vivemos ciclos de muita alta, é um pensamento que é compartilhado pelo Ministério da Agricultura e pelo Conselho Nacional do Café, de que o preço equilibrado é a melhor das situações para toda a cadeia, porque toda vez que há um pico, tanto de baixa quanto de alta, a cadeia é prejudicada, então existe crise, existe dificuldade, e trabalhamos para que haja um equilíbrio.

Uma das questões que colocamos sempre no Ministério da Agricultura é o que decorre da não recuperação ainda de mercados importantes, como Estados Unidos, Europa e Japão. Eles tinham o costume, por uma questão de segurança alimentar, vinculada às questões de fundo – muito maior de que os países que passaram por graves crises de alimentação em épocas passadas –, de manter estoques elevados de produção na sua própria região, dentro da Europa, dos Estados Unidos e do Japão. Como disse, isso acontecia porque existia a questão da segurança alimentar. E o café, apesar de não ser uma comida, ser uma bebida, está muito arraigado nos hábitos, e eles são grandes consumidores.



Com a crise, a partir de 2008, as condições econômicos foram apertando cada vez mais, e essa manutenção de estoques nas fontes de consumo foram reduzindo paulatinamente, até chegar um momento, como hoje, que se tem um navio desembarcando o estoque, um navio no mar e um navio carregando, quando, naturalmente, em épocas passadas, se tinham sete, oito, nove meses de estoque na Europa, nos Estados Unidos ou então no Japão.

Uma das causas da queda dos preços é a transferência para os países produtores de carregamento de estoques. Então, os estoques vão ficando aqui, na mão do produtor, que tem que vender. E, como o consumidor sabe que compra na hora em que quer, não há necessidade de se trabalhar um preço, se pensar num preço. Além disso, como o Deputado bem mostrou, com a eficiência da agropecuária nacional em gerar, cada vez mais, tecnologia, produção, volume, resolvemos um problema grave no café de tempos passados que é a bianualidade, com uma safra muito grande e outra pequena.

Hoje, com irrigação, com tratos culturais, com novas variedades, conseguimos quase que equilibrar as safras brasileiras. Isso também causa um movimento de oferta abundante de café. Da mesma forma, a relação consumo/produção é extremamente equilibrada. Vamos produzir, no próximo ano, safra de 146 milhões de sacas, um consumo de 142. Quer dizer, então não há excesso de produção. Esse fato já é patente, porém temos 130 mil contratos em aberto na Bolsa de Nova York, que dá três vezes, mais ou menos, a produção mundial de sacas, quando se transforma contrato em saca. E esse movimento exclusivamente financeiro é que faz com que o preço seja pautado pela Bolsa de Nova York como no caso do conilon, pautado pela Bolsa de Londres. Essa é uma das causas, das razões também, do preço estar relativamente baixo.

A nossa política também é buscar sempre eficácia, eficiência. Estamos trabalhando para que em 2014 lancemos um grande plano que estamos chamando de Plano de Reconversão da Atividade, que, na intenção do Departamento do Café, será reaplicado em outras atividades para que, quando houver uma crise, haja uma porta de saída com dignidade. Então, estamos trabalhando um programa para recuperar cerca de um milhão de hectares de café em montanha, onde a situação ainda é pior do que a situação do Paraná.

A gente mantém a produção de café. Nós não estamos trabalhando para reduzir produção de café. Não estamos trabalhando para tirar as pessoas do campo. Estamos trabalhando para criar uma nova alternativa de renda na atividade rural, que é onde o emprego é mais barato e produz o maior resultado para o País como um todo, com alimentação de baixo custo, atendimento das demandas sociais, renda para as pessoas para que, dessa maneira, a gente possa contribuir para que o Brasil continue se desenvolvendo.

O Departamento tem essa posição. Com relação à demanda específica do Paraná, trabalhamos com esse viés dentro do projeto que nos foi apresentado pela Secretaria, amparado por todas as entidades representativas.

Sabemos que esse valor é um valor de referência, que será devidamente aprovado quando houver o atendimento de uma demanda, ciente



também de que em algumas regiões do Paraná a cafeicultura já se tornou inviável por muitos aspectos – estão direcionando para outras lavouras.

É importante dizer que, dos cafeicultores paranaenses, 90% são pequenos produtores que têm lavoura de até dois hectares, que são importantes para a manutenção familiar, para a atenção, para ocupação do tempo das famílias. E é com essas pessoas que estamos preocupados, tanto que já negociamos com o Ministério de Desenvolvimento Agrário o lançamento de um programa semelhante, a ser feito com recursos do Pronaf, para que, dessa maneira, possamos atender à cafeicultura paranaense.

Neste momento, também quero trazer uma palavra do nosso Ministro Antônio Andrade a toda a Comissão, de que a agricultura brasileira vem contribuindo para o desenvolvimento do nosso País, produzindo superávits comerciais, gerando emprego, gerando renda. Nós temos lá no Ministério toda a atenção a qualquer demanda desta Comissão e do Senado Federal e estamos sempre à disposição para o que for preciso.

Agradeço em nome dele a oportunidade de estar aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Dr. Janio Zeferino.

Concedo a palavra, dando sequência, ao Francisco Carlos Simioni, da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná.

O SR. FRANCISCO CARLOS SIMIONI – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; bom dia aos meus companheiros de Mesa, Janio, Deputado Silas; Srs. Deputados e Senadores aqui presentes, já nominados; senhoras e senhores.

Nós viemos com a preocupação da questão da cafeicultura do Estado do Paraná, já apresentada ao Ministério da Agricultura, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. Já foi relatada aqui a situação pelo companheiro Janio, pelo Presidente do Conselho Nacional do Café, Deputado Silas. Mas é de fundamental importância ressaltar algumas questões.

A produção de café no Paraná está numa situação decrescente, é verdade. Não numa uma conjuntura estadual ou nacional, numa conjuntura de oferta e demanda no mundo, que está ali retratada e que afeta o café brasileiro como um todo.

Dentro do Estado do Paraná, a cafeicultura tem um caráter e um apelo social muito forte, porque não é mais a principal cultura do norte pioneiro do Estado. Ele é um processo de diversificação dentro da pequena propriedade.

Houve já vários planos de securitização, de renegociação de dívidas em que as dívidas do café estão embutidas dentro desses planos e vêm fazendo com que a incapacidade de pagamento desses pequenos e médios produtores vá se exaurindo ao longo do tempo. Então, o que é que a gente tem feito e tem mostrado às autoridades estaduais, federais e buscado apoio?

É importante neste momento manter pelo menos os 65 mil, os 80 mil hectares de café que existem no Estado dentro de um processo social. O que é



que nós vamos fazer? Vamos transformar essas 12 mil, 15 mil famílias que hoje plantam café de produtores rurais para proprietários rurais? Então, essa é uma indagação.

Algumas medidas foram implantadas, recentemente, pelo Conselho do Café e adotadas através de resolução do Banco Central. Contudo, são incipientes, porque os agentes financeiros não estão dispostos a aplicar recursos em café. Então, do que se precisa hoje? Precisa-se que se injete dinheiro para a aquisição de café, a AGF, tanto para o pequeno produtor, quanto para o médio produtor.

Foram colocados R\$20 milhões para aquisição de café, no Brasil, através de aquisição direta do Governo Federal, sendo R\$4,7 milhões no Paraná. Isso dá 19 sacas por produtor. É totalmente incipiente. Não vai resolver e não vai inserir novamente esse pequeno produtor ou o médio produtor no sistema financeiro bancário, para ele recorrer a crédito de investimento, a crédito de custeio, colocando-o dentro do amparo do crédito rural e da proteção que ele tem em Proagro, em seguro, etc., que dá condição para que essa propriedade se viabilize novamente. Hoje, muitos estão alijados do acesso ao crédito.

O outro ponto é o seguinte: temos hoje o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que garante atividade por um ano. Só que o café é uma cultura bianual. A geada que ocorreu em 24 e 25 de agosto deste ano, no Estado do Paraná, vai afetar a produção de 2014 e a produção de 2015. Portanto, há uma incoerência nesse processo. Qual? O Proagro avalia para o período de janeiro a dezembro de 2013, mas o prejuízo vai acontecer em 2014, porque, quando ocorreu a geada, a produção de 2013 já estava pronta, já estava sendo retirada do campo. Então, é preciso que esses normativos sejam alterados, é preciso que seja revista essa legislação do Proagro, que existe há mais de 30, 40 anos, para que não só possa viabilizar o Paraná, mas possa viabilizar o Proagro aos cafeicultores do Brasil.

Outro ponto que estamos tentando fazer dentro desse sistema de recuperação... E, logicamente, aqui há um plano de recuperação, um orçamento médio feito pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná, que é de R\$8 mil, como o Dr. Janio já falou. Ele está dentro de um processo logicamente médio. Há algumas lavouras que vão exigir menos, R\$5 mil, R\$ 6 mil, o que também foi apresentado pelo Deputado Silas, mas poderá chegar a R\$ 8 mil. E nós temos uma condição favorável, não só de solo e de clima na região do norte do Estado para chegar facilmente até 30, 35 sacas por hectare, o que é altamente viável. E isso vai dar competitividade perante a produtividade média nacional e mundial.

Eu acho que o que já foi colocado aqui, tanto pelo Deputado Silas, como pelo Dr. Janio e mais agora as minhas colocações... Não quero me alongar para não ser repetitivo no que foi apresentado em termos da conjuntura da cafeicultura paranaense. Eu deixo aqui este apelo: é necessário que se coloquem, imediatamente, mais recursos para a AGF, não só para o pequeno produtor, via Ministério do Desenvolvimento Agrário, que já fez essa ação, mas ainda em



volume pequeno de recurso, mas também para o médio produtor, o Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor), em pelo menos mais R\$30 milhões, para que possa dar suporte e inserir novamente esses cafeicultores no sistema de crédito nacional.

Eu acho que é isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Encerrada a participação dos nossos convidados, eu concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero dizer que é importante ouvir o Conselho Nacional do Café, é importante ouvir o Ministério da Agricultura, a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, e dizer que o café não se funde tão somente com uma atividade econômica. O café é diferente.

Por mais que, no meu Estado, ele tenha chegado a 41% da área de produção agrícola, hoje há menos de 3% e será menos no ano que vem, porque eu ando o Paraná inteiro e o Simioni também faz isso, e o que nós estamos vendo de lavouras sendo arrancadas é incrível. Em algumas regiões, em todas elas... Na região de Apucarana, esses dias eu estive ali em Pirapó, inclusive uma associação de cafeicultores veio conversar comigo, dizendo que essa é a vida deles. Eles não sabem fazer outra coisa. Fazem isso há décadas, passando de geração em geração. Mantém-se família nos distritos, que moram ali naqueles centros urbanos e que laboram. Até na propriedade rural, há as parcerias agrícolas, os meeiros, com famílias, que, se você erradicar o café, colocar culturas como a da soja, você não precisa mais nada disso. Essas famílias todas vão ter que ir para outras regiões, para outros centros e não sabem, às vezes, fazer outras coisas. Não que não tenham a capacidade de aprender. É muito comum o êxodo rural no meu Estado, como em outros tantos Estados. Foi muito grande, principalmente na década de 70, na década de 80, nosso Estado passou de um Estado rural para um Estado urbano.

Hoje, o Paraná tem para mais de 90% da sua população urbanizada. Mas nós temos que pensar o café de forma diferente. Ele não é somente uma atividade econômica agrícola, como é, na maioria das vezes, a soja, a cana-de-açúcar, o trigo. O trigo também é um pouco diferente, não é? Por ser uma cultura de inverno, o Paraná sofre muito com isso, porque em algumas regiões você não tem a segunda safra do milho, como temos no Centro-Oeste e em outras regiões do Estado do Paraná.

Mas aqui também quero, Sr. Presidente, consignar que o Dr. Ágide de Meneghetti, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, enviou carta ao meu gabinete recentemente manifestando sua preocupação e colocou pontos aqui muito parecidos com esses colocados pelo Dr. Francisco Simioni, que é de fato criar uma linha de crédito especial, sugerindo recursos do Funcafé, outros, para a recuperação ou para a implementação de novas áreas de café, face às intempéries climáticas. Também sugeriu aqui a AGF, sugeriu também uma política de garantia de preços mínimos e sugeriu alteração nas



normas do Proagro. Então, Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer aqui a presença do Deputado Silas Brasileiro, que é o Presidente executivo do Conselho Nacional do Café, que entende como ninguém as condições e a real atividade da cafeicultura nacional, não é só do ponto de vista econômico especialmente em Minas.

Agradeço ao Dr. Janio, que, atendendo ao nosso pedido, faz um brilhante trabalho lá no Ministério e, atendendo ao nosso pedido, veio aqui dispor do seu tempo para levar a informação ao povo brasileiro que gosta dessa cultura, da cultura do café. Agradeço ao Simioni, amigo pessoal, alguém que sempre está nas trincheiras da agricultura lá dentro da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, fazendo um trabalho exemplar. Obrigado a todos e um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEmir MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Dr. Janio Zeferino da Silva, que é o diretor do Departamento de Café da Secretaria de Produção, Água e Energia, e o Dr. Francisco Carlos Simioni, que é o Secretário de Agricultura do Paraná.

De uma forma especial, já fazendo uma retificação, Sr. Presidente, digo que não é verdade que o Deputado Silas Brasileiro aprendeu alguma coisa comigo. Eu é que aprendi muito com esse extraordinário companheiro, grande parlamentar, homem experiente, equilibrado, de bom senso, que é o Deputado Silas Brasileiro. E um homem servidor.

Eu me lembro, logo no início, de que estávamos começando uma produção no Vale do Ivinhema, no Estado do Mato Grosso Sul, e o Deputado Silas Brasileiro se dispôs, foi lá, em campo, fez uma palestra, mostrou para o pessoal a forma, as novas técnicas de como produzir. Quer dizer, uma pessoa como Silas se dispôs a ir ao interior do Mato Grosso do Sul para ajudar pequenos produtores que estavam começando naquela época o plantio do café. Então, lembro-me como se fosse hoje desse desprendimento e dessa disposição. Então, é um prazer muito grande, amigo, vê-lo aqui.

Eu penso, Sr. Presidente, e acho sempre que, nessas audiências públicas, devemos ter um encaminhamento. Embora no meu Estado de Mato Grosso do Sul, a nossa produção é muito pequena, eu gostaria de contribuir, porque esse é um cenário que me parece, nesse momento, angustiante. Talvez não seja só no Paraná, porque vi também uma movimentação muito grande dos produtores de café no Espírito Santo. Quer dizer, essa crise, é claro, é uma crise de produção, de tecnologia que está aumentando a produtividade.

Eu pude perceber ali que o Paraná diminuiu a área plantada e aumentou a produção. Quer dizer, estamos aumentando em produtividade. Eu me lembro de que, quando presidente da Comissão de Agricultura – já tem algum tempo isso, foi em 2003, 2004 – havia essa questão da dualidade. Um ano, havia essa safra cheia, e o outro ano, a safra pequena. Isso equilibrava o preço. Não há mais isso.



Aliado à questão de estoque de que falou o Dr. Janio Zeferino, ou seja, de que agora os grandes consumidores não querem mais fazer os grandes estoques, estamos com uma sobra. É evidente essa sobra. Há uma oferta muito grande, o preço deprime, e o custo de produção continua o mesmo ou então aumenta. Na maioria das vezes, aumenta, com preço que está caindo.

Como resolver o problema? Como disse o nosso Senador Sérgio Souza – e naquela época, 2003, já se dizia – o café deixou de ser uma questão econômica. Olha, o Brasil chegou a ter no café os orçamentos... O Ministro Paulinelli diz o seguinte: “Brasília foi construída em função do crédito de café. O Tesouro brasileiro tinha em estoque tantos milhões de saca de café.” Isso era o nosso seguro. Como as coisas mudam, Silas. Pensar que este País já teve como lastro financeiro, quase que como moeda de trocam, o café, na época do Instituto Brasileiro do Café.

Hoje, estamos vivendo uma situação momentânea, disse bem, Janio, porque o café tem isso. Ele é sazonal. Daqui a pouco, o preço lá em cima, aí aumenta. Mas não pode ser assim. O bom é o preço – ele tem razão – equilibrado, que todo mundo pode produzir, cobrir o custo de produção, e ainda ter o lucro da renda do produtor. Esse é o cenário importante. Não temos. A emergência nesse momento é o recurso, Silas. E aí, eu quero me colocar à disposição. Onde nós vamos fazer uma agenda com a área econômica? Isso é área econômica de governo. Podemos falar com o Ministro de Agricultura ou com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, mas a definição disso, Sérgio, é a área econômica. Nós temos que pressionar. Tem que ter o recurso para atender, ainda que emergencialmente essa questão do café, injetar recurso para aquisição sobretudo dos pequenos agricultores para que eles possam pelo menos respirar nesse momento.

Eu me coloco à disposição, embora reconhecendo que é uma cultura cujo conhecimento é superficial, eu reconheço isso. Mas eu gostaria de contribuir num momento de crise, ajudando os produtores de café com o meu Estado, já que minha identificação é tão grande com o café que o meu nome é Moka. Então, Moka é um grão de café. É um café de alta qualidade, eu diria, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Bebível, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Grãozinho pequeno, mas de altíssima qualidade.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Nós engolimos esse Moka.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Presidente, Senador Benedito de Lira, quero cumprimentar o Deputado Silas Brasileiro, Presidente-Executivo do Conselho Nacional do Café; Sr. Janio Zeferino da Silva, do Ministério da Agricultura, e o Sr. Francisco Carlos Simioni, todos pela colaboração que aqui nos deram falando do nosso café.



Eu gostaria de lhes dizer que tenho a impressão de que todos nós Senadores aqui, para dar um exemplo como brasileiros, tomamos café bastante o dia inteiro. E o café, para nós, é como que um alimento essencial muito apreciado, gostoso e que nos faz bem, nos faz sentir bem.

A impressão que tenho é de que mais e mais pessoas no mundo tomam café, mesmo em países em que não se tomava tanto café, como na China ou no Japão, as notícias que se tem é de que também nesses países, com enorme população, na China e na Índia, mais e mais pessoas estão tomando café.

Nos países desenvolvidos, na Europa, os EUA, no Canadá, também o café é tomado bastante e também cada vez mais estabelecimentos, lanchonetes se especializam em café.

Eu tenho até uma pessoa da família, um primo meu, que tem o Suplicy Café, que hoje há diversos lugares do Brasil e de São Paulo, que está expandindo. Eles procuram inclusive se especializar em ter o café de melhor qualidade possível.

Então, do ponto de vista da economia do café, tenho a impressão de que a economia do café tem tudo para continuar se expandindo em que pese os problemas que sempre aconteceram na história do café, de geadas, como as referidas recentemente em agosto do ano passado.

Eu, desde criança, estou acostumado a ouvir falar, porque no Século XIX o meu avô, Luiz Suplicy, fundou o Escritório Suplicy, de corretagem café, em Santos, e meu pai em 1937, também, em São Paulo. O meu pai faleceu em 1977, aos 80 anos, mas eu sempre, desde criança e adolescente, ouvi falar dos problemas do café, já que muitos na minha família trabalhavam com a comercialização e a corretagem do café. Meus tios e avós produziram café.

Euuento isso porque verifiquei que, segundo os dados pormenorizados que o Deputado Silas Brasileiro nos apresentou da evolução da área colhida no café, ela vem diminuindo ao longo do tempo. Quais seriam as diretrizes que poderiam ser tomadas diante de um...

Eu gostaria até de ouvir o Deputado Silas Brasileiro sobre se S. Ex^a tem também a perspectiva de que o café tem tudo para continuar indo bem em que pese todos esses ciclos de dificuldade, problemas climáticos. Pode haver esperança de o Brasil continuar a ser um dos principais produtores mundiais? Quais seriam os cuidados e diretrizes de política cafeeira que devem ser adotados pelo Governo brasileiro e por todos nós, inclusive no Congresso Nacional? Que medida podemos sugerir para melhorar as perspectivas para a produção café?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Antes de cumprimentar os Senadores Ana Amélia e Osvaldo, comunico à Senadora Ana Amélia que um projeto de V. Ex^a foi lido antes do início da audiência pública, com relatório do Senador Sérgio Souza. E, na próxima quinta-feira, estará na pauta para discussão e votação, considerando o pedido de vista coletiva.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.



A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente desta Comissão, Senador Benedito de Lira, caro Dr. Silas Brasileiro, Janio Zeferino da Silva e Francisco Carlos Simioni, como sou do Rio Grande do Sul e lá não se planta café, vim aqui para tomar o resultado e o fruto do trabalho dos senhores: tomar o café. O consumidor é a ponta final do trabalho que o cafeicultor brasileiro faz.

Eu estava vendo a relevância desse setor para a economia brasileira e para as questões sociais. Desde o dia 15 de novembro de 1889, no símbolo da República de um lado está o café e de outro está o tabaco, fumo, coincidentemente, um alimentício e outro discutido agora. Eu sou do Rio Grande do Sul, que produz muito tabaco e exporta 85%. Os dilemas que hoje os cafeicultores vivem são muito parecidos com os de outras áreas: oscilação de produção, mercado internacional, porque é uma *commodity*.

Eu queria aqui manifestar o apoio, como Senadora, às demandas do setor.

Tão importante quanto isso, Senador Benedito de Lira, eu queria agradecer ao Senador Sérgio Souza pela relatoria do meu projeto que trata de portos secos. Acho que a solicitação de vista coletiva desse projeto de grande relevância para a economia brasileira...

Estamos falando muito em logísticas das carências que temos, e o setor do café não foge a essa regra, então eu queria agradecer ao Senador Sérgio Souza, agradecer a V. Ex^a pelas informações e cumprimentar os expositores pelo que trouxeram aqui para enriquecer o conhecimento dos Parlamentares, porque nós aqui fazemos clínica geral, à exceção daqueles que são de regiões produtoras e têm *expertise*. O Suplicy tem um conhecimento, eu diria, histórico, sociológico, antropológico do setor. A cafeicultura está visceralmente na história brasileira e, evidentemente, até o roteiro de novelas mostrou muito a questão da presença do café na história da economia e na própria cultura do nosso País. O mundo hoje está substituindo o chá, no caso do oriente Médio, da Ásia – da China –, com a introdução do café. Isso para o Brasil é um grande mercado.

Então, eu queria cumprimentar todos e dizer que estou à disposição, também, da causa, mesmo que o Rio Grande do Sul não seja um produtor de café, mas é um industrializador do produto dos senhores, e com muita qualidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Não havendo mais expositores....

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, só para fazer um encaminhamento na mesma linha do Senador Moka. É evidente que aqui todos nós temos alguma preocupação e nos dirigimos ao Governo, clamando por uma solução. Eu gostaria de sugerir a V. Ex^a, Presidente



desta Comissão de Agricultura, uma das mais importantes do Senado Federal, que nós fizéssemos, através dessa Presidência, um encaminhamento da sugestão aqui colocada pela Faep e também colocada pelo Dr. Simioni, desses quatro pontos, ao Ministro da Agricultura e também ao Ministro da Fazenda, como um documento desta Comissão, de soluções como essas que foram apontadas – lógico, mandando também as demais colocadas aqui.

Faço esse pedido a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Tomaremos as providências necessárias para chegar a essas autoridades esses encaminhamentos.

Com a palavra Francisco Carlos Simioni.

O SR. FRANCISCO CARLOS SIMIONI – Nessa mesma linha do Senador Sérgio Souza, eu pediria licença para colocar á disposição da Mesa, da Presidência, o documento que foi elaborado em conjunto pela Federação da Agricultura do Paraná, Secretaria da Agricultura, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, que trata do Plano Emergencial de Revigoramento da Cafeicultura Paranaense.

Então, fica à disposição da Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Eu agradeço ao senhor.

Para as considerações finais, concedo a palavra ao ex-Deputado Silas Brasileiro.

O SR. SILAS BRASILEIRO – Muito obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Senador Suplicy, que acaba de chegar, a Senadora Ana Amélia e dizer, na verdade, que o café nos encanta exatamente pelo lado social, ou seja, a importância da geração de emprego e renda no País. É o maior gerador de emprego do nosso País de todas as culturas, são 8,4 milhões de empregos gerados por toda a cadeia café ainda hoje.

Esse levantamento foi confirmado pelo Presidente Lula. Quando nós, numa audiência, dissemos para ele o que representávamos, ele pediu que realmente fizéssemos uma confirmação. Por isso, nós estamos presentes no café com esse entusiasmo todo.

Na verdade, esses encaminhamentos foram feitos pela Faep, e nós temos aqui o último que, inclusive, foi assinado pelo Dr. Meneghetti e encaminhado ao Ministro Antônio Andrade. Há várias propostas, mas nós, que convivemos dentro do Governo – fomos, inclusive, secretário executivo do Ministério da Agricultura e secretário também de Agricultura do Estado de Minas Gerais – e vivemos o dia a dia da cafeicultura e suas dificuldades, podemos dizer que muita coisa aqui sabemos que vai ficar na retórica, porque é impossível termos dois preços de café de garantia ou três preços, já que o Paraná pede um preço, as montanhas pedem outro preço, o Cerrado pede outro preço. Então, é impossível o atendimento.



A redução de juros: hoje já temos juros de 5,5%, que é o aplicado para a cultura do café. Redução de juros para 2%: pagamos 4% de *spread* para o banco aplicar esse recurso, então estaríamos perdendo 2% cada vez que emprestássemos algum recurso para o produtor. Então, torna-se, realmente, impossível.

Mas há programas que podem efetivamente dar um alívio momentâneo, e, durante esse período de alívio, poderíamos trabalhar na legislação, alterando a legislação social, dando condição daquele trabalho temporário, que, sem dúvida alguma, penaliza tanto e onera em 63% a folha de pagamento do nosso apanhador de café, o homem que está lá no campo trabalhando no dia a dia. Então, seria muito importante isso aí.

Mas o que é emergencial? Dinheiro. Café precisa de dinheiro. Nós temos hoje um excedente de café. Em 2011, o estoque de passagem era calculado em 31 de março de cada ano. Nós tínhamos, então, estoque, no Brasil, de nove milhões de sacas de café. Em 2012, 31 de março, nós tínhamos oito milhões de sacas de café. Em 31 de março desse ano, de 2013, nós temos um estoque de treze milhões de sacas de café. Então, precisávamos era de recursos. Há um programa especial para isso, inclusive a Colômbia adota esse mesmo programa, que é o Pepro, é um Prêmio Equalizador Pago ao Produtor de Café. Isso aí daria um suporte extraordinário na manutenção de preços e, ao mesmo tempo, no escoamento.

O Brasil não pode mais voltar a ter 70 milhões de sacas de café em estoque. Não temos nem espaço para isso e não podemos servir de guarda-chuva para o mundo, perdendo o nosso mercado lá fora. Então, temos que vender o nosso café, temos que comercializar o nosso café. O Pepro seria, realmente, um valor pequeno para o Governo, um custo muito baixo, mas para o produtor seria substancial. Nós temos proposto aí um Pepro em torno de R\$50 por saco, como estímulo para efetivamente exportarmos. Nós temos o recurso no orçamento, o mais importante é isso, o recurso já está carimbado. Então, bastaria uma ação imediata, para que chegássemos realmente a aprovar essa proposta e consequentemente poderíamos escoar dez milhões de sacas de café.

Imagina só que maravilha: manteríamos nosso *market share* lá fora, estaríamos mantendo, então, o mercado consumidor, estaríamos gratificando o produtor com esse recurso, que viria do Ministério. É uma verba que já existe, e daríamos um alento para a próxima safra.

Portanto, existem, assim, algumas ações imediatas. Nós sabemos que a Fazenda tem muita preocupação, Senador Sérgio, com relação a isso, mas não gera infração, porque não vai efetivamente subir o preço do café para o consumidor de forma nenhuma. É um recurso 2-OC, então é um recurso que é destinado exclusivamente para esse suporte. Então, seria a saída inteligente no momento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Uma solução.

O SR. SILAS BRASILEIRO – Uma solução. Eu acho que a preocupação nossa de expansão diária realmente é grande, porque estamos



aplicando em pesquisa. O Ministério já aplicou em pesquisa, através da Embrapa, R\$140 milhões. É muito dinheiro que estamos investindo na cafeicultura, variedades mais resistentes, mais produtivas

Isso nos tornará também mais competitivos no mercado. Então, temos de ter uma solução emergencial e um planejamento de médio e longo prazo. Emergencial seria exatamente a aplicação de um Pepro.

O Ministro Antônio Andrade é totalmente favorável, a sua equipe é totalmente favorável, há uma resistência na Fazenda. Então, precisaríamos... Como foi oferecido aqui um suporte pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, quem sabe poderíamos, juntamente, fazer um trabalho, não para convencer, mas para mostrar que é factível, que é bom para o País, que gera divisas, inclusive. Então, é fundamental, e nós não teríamos o problema de formar esse guarda-chuva que nos preocupa tanto, como aconteceu no passado.

Senador Suplicy, realmente, o Café Suplicy é extraordinário, é uma marca que respeitamos muito. E fazemos questão até de estar nas cafeteria onde há esse café.

É uma tradição. Essa tradição vem ao longo do descobrimento deste nosso País. Então, a contribuição do café foi fundamental para o nosso desenvolvimento, e acho que temos de manter, realmente, a atividade.

Acho que recuperar os 63 mil hectares de café do Paraná é importante, mas não devemos ter nenhuma expansão de área. Expansão de área seria, realmente, sem dúvida, impróprio neste momento; economicamente não traria nenhum resultado.

Essa é a nossa participação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Dr. Janio Zeferino para as suas considerações finais.

O SR. JANIO ZEFERINO DA SILVA – Aproveito o momento para cumprimentar a Senadora Ana Amélia. Trabalhei lá no Rio Grande do Sul, em Santa Maria da Boca do Monte, lá onde a gente... Bastante contato.

Senador Suplicy, é o seguinte: o Ministério da Agricultura apoia as ações. Gostaria de contar com o apoio desta Comissão, porque nós sabemos que a política de manutenção de estoques, que foi praticada pelo Brasil ao longo dos séculos, neste momento, no mundo atual, revela-se nociva, porque manter estoques... Hoje existe oferta de café no mundo. Nos anos 1950, nos anos 1940, quando o Brasil tinha 70% da produção mundial, segurar estoques forçava imediatamente reação do preço, mas hoje seguramos cinco milhões de sacas, o Vietnã vendeu, a Indonésia vendeu, a Colômbia vendeu, o mercado foi suprido, e nós ficamos com esse café aqui.

Então, a nossa proposta é a de que trabalhemos fortemente, para que haja apoio ao preço mínimo, a comercialização a preço mínimo, mas em



ações que resultem em exportação de café e ocupação do *marché* brasileiro ao longo do tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Dr. Francisco Carlos.

O SR. FRANCISCO CARLOS SIMIONI – Eu só quero agradecer, cumprimentar a Deputada Ana Amélia, por seu apoio.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu tenho de estar em outra Comissão.

Meus cumprimentos.

O SR. FRANCISCO CARLOS SIMIONI – Obrigado. Obrigado, Senador.

Quero agradecer também o apoio do Senador Moka, do Senador Supilcy, enfim, o apoio do Senador Sérgio Souza, por também ter trazido esta reunião, dos companheiros Janio e Deputado Silas, do Sr. Presidente, Benedito, e dizer que temos de prestar a atenção na produção nacional, não só do café. Estamos importando neste ano quase oito milhões de toneladas de trigo. E, se não tomarmos cuidado, daqui a pouco, vamos importar café.

O Brasil não pode se pautar em produzir milho e soja e vender só esses dois grãos. Então, o café é uma *commodity* importantíssima. É de fundamental importância que se mantenha a produção, Deputado Silas, e mecanismos de pelo menos médio prazo de política agrícola, para que o agricultor possa se preparar e planejar a sua atividade dentro de um processo de diversificação seguro e permanente.

Se não houver isso, se não houver essa política de apoio, seja através do AGF, seja através do Pepro, como muito bem colocado também, e outros mecanismos de comercialização, o aperfeiçoamento do próprio Proagro e do sistema de Seguro Rural, que está aí posto no Brasil, não teremos condições de enfrentar o clima, que é uma situação incontrolável pelo homem, e o produtor vai, cada vez mais, sair da lavoura.

Então, volto a fazer aquele apelo: temos de ter atenção com o café, temos de transformar essa produção que existe hoje com viabilidade e qualidade; para isso, precisamos dos apoios que foram colocados aqui, nesta mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Eu gostaria de fazer pequenos comentários.

Conversava, aqui, agora, com o Deputado Silas Brasileiro, e me assusta, sabe, Sérgio. Eu disse a ele que a produção de café no Brasil, como disse a nobre Senadora Ana Amélia, é uma atividade agrícola secular. Pois bem, é a mesma coisa que está acontecendo com o setor sucroalcooleiro, que está num processo de declínio considerável.

E é preciso adotar providências, no sentido de que possamos reativar a atividade produtiva, a produção do café, o plantio do café. Há a questão dos recursos para que se possam equilibrar custos e venda. Não se pode produzir



por um valor e vender abaixo do custo de produção. Dessa forma, não há quem sobreviva.

Pois bem, então eu dizia a ele... Dou como parâmetro o meu Estado, o Estado de Alagoas, cuja economia, há alguns anos, era baseada na produção de açúcar e álcool. Apesar da sua pequenez territorial, ele tinha o gigantismo de concorrer com São Paulo, por exemplo. Nós éramos o segundo maior produtor de açúcar e álcool do Brasil, o maior produtor de cana do Brasil, e essa atividade, como disse aqui o Deputado Silas, gera emprego no campo. No meu Estado, por exemplo, gera de 300 a mais de 300 mil empregos diretos.

Quer dizer, hoje as 43 usinas que havia em Alagoas em pleno funcionamento estão reduzidas a 18. E, infelizmente, não tem tido o Ministério da Agricultura – que não tem culpa... Mas o Governo, a área econômica do Governo, não tem aportado uma política agrícola para defender esses setores que produzem e que geram emprego.

Então, eu queria aproveitar para agradecer ao meu colega Silas Brasileiro – é uma alegria muito grande revê-lo –, ao Dr. Janio Zeferino e ao Dr. Francisco.

E, Sérgio, gostaria que V. Ex^a encaminhasse à Mesa aquelas recomendações que postulou, para que possamos, numa ação conjunta, fazer os encaminhamentos necessários.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada esta reunião. E os convoco para a próxima quinta-feira, dia 2.

Muito obrigado.

(Iniciada às 7 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 41 minutos.)